



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11893 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política da Educação Superior

NATUREZA DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NA POLÍTICA DE EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO PAÍS

José dos Santos Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Izabela Rodrigues da Costa - UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: PIBIC/CNPq

NATUREZA DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NA POLÍTICA DE EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO PAÍS

A mais recente reestruturação produtiva e a reforma do Estado consistem na materialidade da recomposição burguesa frente à crise orgânica do capital (SOUZA, 2021). No Brasil, assim como em boa parte do mundo capitalista, esta recomposição tem como principais consequências: o desemprego estrutural; o combate à livre organização coletiva dos trabalhadores; a desregulamentação do direito trabalhista; a terceirização, a instituição do banco de horas, a regulamentação do trabalho intermitente; a proliferação do trabalho informal, do trabalho *part-time*, do trabalho em domicílio ou o que alguns teóricos vêm chamando de uberização do trabalho (SLEE, 2017). Neste contexto, desencadeiam-se mudanças na política pública de formação humana que se caracterizam pelo enxugamento e flexibilização do trabalho educativo para formar trabalhadores de novo tipo, na perspectiva da produção enxuta e flexível do capital.

Os Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs) são originários destas mudanças. Este tipo de curso surgiu a partir do interesse empresarial por formação de nível superior permeável às variações do mundo do trabalho e da produção, de modo a formar um novo tipo de trabalhador especializado capaz de transitar em nível intermediário entre o perfil do cientista e do técnico operacional, embora mais bem preparado para atender de forma imediata às demandas de produtividade e competitividade das empresas em um mercado globalizado (SOUZA, 2020; 2022).

O objeto de nossa análise é o discurso oficial e a legislação regulatória dos CSTs no Brasil, tomando como referência empírica a política de ampliação e diversificação da oferta de educação profissional e tecnológica do país. Nosso objetivo é compreender a natureza dos CSTs no desenvolvimento desta política. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo cuja referência teórica e metodológica é o materialismo

histórico-dialético, que se insere na categoria de pesquisa documental, por adotar como fonte de dados e documentos de organismos internacionais e governamentais e instrumentos regulatórios. A análise se deu a partir da sistematização de concepções, objetivos e finalidades atribuídas aos CSTs nos documentos analisados com vistas na identificação dos fundamentos da ação governamental na ampliação e diversificação da oferta de CSTs no país a partir de 1996.

Os CSTs são cursos de graduação com carga horária mínima de 1.600 a 2.400 horas, dependendo da área, que se inserem na categoria de cursos de nível superior na área da educação profissional e tecnológica e confere diploma de tecnólogo, grau acadêmico de mesmo nível que o bacharelado e a licenciatura, embora bem mais focados nas demandas do mercado de trabalho (SOUZA, 2018). A justificativa recorrente para criação de CSTs se baseia em: 1) necessidade de cursos superiores com duração mais reduzida para atender a supostos interesses da juventude em dispor de credencial para o mercado de trabalho argumento da empregabilidade em tempo mais reduzido; 2) esse tipo de curso supostamente permitiria maior rapidez no atendimento a mutações do mercado, ao mesmo tempo em que permitiria maior aprofundamento em áreas profissionais específicas, em sintonia com o mundo do trabalho. O Parecer CNE/CES nº436/2001 é bastante claro na crença de que estas características de permanente ligação com o meio produtivo e com supostas necessidades da sociedade, colocam esses cursos em uma excelente perspectiva de atualização, renovação e auto-reestruturação, características também inerentes aos cursos sequenciais, porém cada vez mais presentes nos cursos de graduação (BRASIL, 2001, p. 10).

Hoje, os CSTs representam 19,8% do total de 35,4 mil cursos superiores ofertados em todo o país e, do total de quase 8,3 milhões de matrículas no Ensino Superior, 12,6% delas são em CSTs. Todavia, a maior parte dos CSTs e das respectivas matrículas nestes cursos pertencem a IES privadas. Esta categoria administrativa é responsável por 82,9% do total de pouco mais de sete mil CSTs e por 83,7% do total de quase um milhão de matrículas nestes cursos. Ao que tudo indica, os CSTs se tornaram um atrativo filão do mercado educacional, especialmente após a política de expansão do Ensino Superior promovida pelo Governo Federal no período de 2003 a 2012 (SOUZA, 2022).

A análise nos evidencia que há estreita relação entre as estratégias de combate ao desemprego, as demandas objetivas das empresas reestruturadas e as mudanças na política de educação profissional e tecnológica do país. É a partir das contradições que emanam destas relações que buscamos compreender a origem e desenvolvimento dos CSTs, em busca de identificar a sua natureza. Assim, percebemos que o fato de o desenvolvimento dos CSTs se dar majoritariamente em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, tendo como principais referências norteadoras de sua estruturação as ideologias da empregabilidade, do empreendedorismo e da sustentabilidade, articuladas aos princípios de flexibilidade e de produção enxuta, reforçam ainda mais suas afinidades com a lógica mercantil e sua perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana, instituindo-se em uma espécie de formação superior enxuta do precariado.

À título de conclusão, apontamos que esta relação entre a origem e desenvolvimento dos CSTs e a lógica mercantil é muito mais explicativa da natureza desses cursos do que o discurso corrente de que eles são uma alternativa de formação mais rápida, mais barata e mais focada. Afinal, para além de formar tecnólogos, a maior parte destes cursos tem cumprido papel importante na ampliação do acesso à educação superior para determinado seguimento populacional: jovens trabalhadores pobres de periferias urbanas, mobilizadas pelas ideologias da empregabilidade, do empreendedorismo e da sustentabilidade. Enfim, a natureza dos CSTs consiste em um tipo de educação superior enxuta e flexível, de caráter majoritariamente privado, cada vez mais ofertado na modalidade de Educação à Distância cuja finalidade principal é a conformação ética e moral dos jovens trabalhadores a um contexto social marcado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade.

Palavras-chave: Trabalho e Educação; Educação Profissional e Tecnológica; Curso Superior

Referências

BRASIL. MEC. CNE. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Parecer nº 436, de 02 de abril de 2001**. Assunto: cursos superiores de tecnologia formação de tecnólogos. Brasília (DF): 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>, acesso em 15/08/2022.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Tradutor: PERES, João. São Paulo: Elefante, 2017. 320 p.

SOUZA, José dos Santos. A Educação Superior enxuta e flexível como nicho promissor do mercado educacional. **Trabalho Necessário**, v. 20, p. 1-27, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/tn.v20i42.54582>.

SOUZA, José dos Santos. Cursos Superiores de Tecnologia: a materialidade da formação enxuta e flexível para o precariado no Brasil. **Trabalho Necessário**, v. 18, p. 320-342, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v18i36.42812>.

SOUZA, José dos Santos. Fundamentos Sócio-históricos da Recomposição Burguesa Diante da Crise Orgânica do Capital. In: SOUZA, José dos Santos; MACEDO, Jussara M. (Org.). **Crise do Capital, Recomposição Burguesa e sua Ofensiva no Campo Educacional**. Curitiba: CRV, 2021, v. 1, p. 19-38.

SOUZA, José dos Santos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a materialidade do conflito entre capital e trabalho na concepção e na política de formação humana. In: SOUZA, José Vieira de; BOTELHO, Arlete de Freitas; GRIBOSKI, Claudia Maffini. (Org.). **Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior**. Anápolis (GO): EdUEG, 2018, v. 1, p. 135-150.